

## **AÇÕES DE ENFERMAGEM CAPAZES DE PREVENIR OU DIMINUIR A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: REVISÃO INTEGRATIVA**

*Evylee Hadassa Barbosa Silva*

*Joyce Nayara Duarte da Silva*

**Resumo:** Violência obstétrica é qualquer conduta, ato ou omissão praticado por profissionais da saúde, que de forma direta ou indireta conduz ao apoderamento indevido dos processos corporais e reprodutivos das mulheres. Constitui-se em um tratamento desumano, abuso da medicalização e patologização dos processos naturais. Este estudo objetivou identificar as medidas de enfermagem para prevenir ou diminuir a violência obstétrica. Caracteriza-se como uma pesquisa de revisão integrativa, fazendo uso das seguintes etapas: 1. Elaboração da questão de pesquisa, 2. Busca na literatura, 3. Categorização dos estudos, 4. Avaliação dos estudos, 5. Interpretação dos resultados e 6. Síntese do conhecimento. Os dados foram coletados no mês de outubro, nas bases de dados SCIELO, REDALYC e PubMed, sendo incluídos artigos dos últimos 6 anos (2013 e 2018). A atuação da enfermagem é um fator de grande relevância para o estímulo ao parto fisiológico e humanizado onde a mulher se torna a protagonista deste momento natural, executando uma diminuição das influências externas que direcionam para um parto com intervenções. As ações a serem realizadas pela enfermagem incluem a promoção de um parto mais humanizado, promoção de uma capacitação aos profissionais que prestam atendimento às parturientes, como também ações educativas durante o pré-natal, tornando a mulher protagonista do processo do parto, desta maneira prevenindo ou diminuindo a violência obstétrica.

**Palavras-chave:** Violência contra a mulher. Violência obstétrica. Enfermagem.

**Abstract:** Obstetric violence is any conduct, act or omission practiced by health professionals, which directly or indirectly leads to the undue empowerment of women's bodily and reproductive processes. It constitutes an inhuman treatment, abuse of the medicalization and pathologization of the natural processes. This study aimed to identify nursing measures to prevent or reduce obstetric violence. It is characterized as an integrative review research, making use of the following steps: 1. Elaboration of the research question, 2. Search in the literature, 3. Categorization of the studies, 4. Evaluation of the studies, 5. Interpretation of the results and 6. Synthesis of knowledge. Data were collected in October, in the databases SCIELO, REDALYC and PubMed, and articles of

the last 6 years (2013 and 2018) were included. Nursing performance is a highly relevant factor for stimulating physiological and humanized delivery where the woman becomes the protagonist of this natural moment, executing a decrease in the external influences that lead to a delivery with interventions. The actions to be carried out by nursing include the promotion of a more humanized delivery, promotion of a qualification for the professionals who provide care to the parturients, as well as educational actions during the prenatal period, making the woman protagonist of the process of the birth, in this way preventing or reducing obstetric violence.

**Keywords:** Violence against women. Obstetric violence. Nursing.

## 1 INTRODUÇÃO

Violência contra a mulher é definido como qualquer ação que tem como consequência dano físico, sexual ou psicológico, ou até mesmo sofrimento para a mulher, sendo classificado como um fenômeno multidimensional e um problema de saúde pública. Podendo atingir mulheres em diversas idades, classes sociais e culturas (SILVA; OLIVEIRA, 2016), diante desta definição, pode-se observar que durante toda história as mulheres vêm sendo vítimas de inúmeras formas de violência, segundo a Organização Mundial da Saúde, violência é a imposição de dor e sofrimentos que podem ser evitados. Sendo assim, pode-se citar a violência obstétrica como um tipo característico de violência contra a mulher (ZANARDO et al, 2017).

Portanto, violência obstétrica é qualquer conduta, ato ou omissão praticado por profissionais da saúde, tanto em instituições públicas ou privadas que, de forma direta ou indireta conduz ao apoderamento indevido dos processos corporais e reprodutivos das mulheres. Constitui-se em um tratamento desumano, abuso da medicalização e patologização dos processos naturais, promovendo a ausência da autonomia e a capacidade para decidir espontaneamente sobre seu corpo e sexualidade, impactando de forma negativa a qualidade de vida da mulher (GUIMARÃES; JONAS; AMARAL, 2018).

Conforme dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), mostra que no mundo inúmeras mulheres vivenciaram abusos, desrespeitos, maus-tratos e negligências durante a assistência ao parto nas instituições de saúde (OMS, 2014). Outra pesquisa realizada pela Fundação Abramo e SESC, no ano de 2010, demonstrou que uma em cada quatro mulheres brasileiras que deram à luz em hospitais da rede pública ou privada declararam algum tipo de agressão durante o parto (GUIMARÃES; JONAS; AMARAL, 2018).

Neste contexto, este estudo pretende responder a seguinte questão de pesquisa: Quais são as ações de enfermagem para prevenção da violência obstétrica? O presente artigo justifica-se pela relevância social e recorrência contemporânea acerca do tema abordado, tendo como objetivo identificar as medidas de enfermagem para prevenir ou diminuir a violência obstétrica, embasando-se em literaturas científicas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O conceito de violência obstétrica, além de evidenciar a assistência desumanizada, enfatiza também sua importância obstétrica, a contar das raízes dessa especialidade médica até a educação contemporânea e estruturas de poder. Abordando a discussão sobre abuso e desrespeito no extenso âmbito das desigualdades estruturais e da violência contra a mulher (SADLER et al, 2016).

De acordo com a OMS (2014), relatos obtidos sobre desrespeito e abusos no decorrer do parto em instituições incluíram violência física, humilhação profunda e abusos verbais, procedimentos médicos coercivos ou não consentidos, falta de confidencialidade, não obtenção de consentimento esclarecido antes da realização de procedimentos, recusa em administrar analgésicos, violações da privacidade, recusa de internação nas instituições de saúde, cuidado negligente durante o parto levando a complicações evitáveis e situações ameaçadoras da vida.

Os autores Carvalho e Brito (2017), mostram através de uma pesquisa realizado em maternidades públicas municipais localizadas na cidade de Natal, algumas formas mais frequentes de violência obstétrica realizadas pelos profissionais da saúde, que se deram por meio de palavras e atitudes. Em um outro estudo, produzido por Sadler et al (2016) que acompanhou maus tratos contra às mulheres ao longo do parto, evidenciou também algumas formas de violência como: abuso físico, abuso verbal, descrédito e discriminação.

Guimarães; Jonas e Amaral (2018) citam alguns fatores que contribuem para a violência obstétrica, como por exemplo: inexecução de práticas com fundamentação em evidências científicas, escassez de educação infundável em saúde, formação dos profissionais precárias, entre outras.

Estudo realizado por Diniz et al (2015) afirma que, a violência obstétrica está em encadeamento com a morbidade e mortalidade materna, a mortalidade materna está relacionada a qualidade assistencial, tendo então a correlação com esse tipo de violência. Nesta conjuntura, pode-se ter inferências como: o risco adicional relacionado aos eventos adversos do manejo agressivo do parto vaginal; na omissão em prestar assistência às mulheres que exprimem seu sofrimento (choro, gritos, gemidos) ou que pedem ajuda de modo constante; na hostilidade, negligência e no retardamento da assistência às mulheres em situação de abortamento, entre outros.

Visando a competência oferecida às gestantes pelos profissionais que entram em contato com a mesma durante seu trabalho de parto, Silva et al (2014) afirma que, neste momento intrínseco da vida da parturiente, para que haja uma assistência devida, é de responsabilidade dos profissionais de saúde a feitura e aplicação de conhecimentos científicos sistematizados e dirigidos para a necessidade individual das gestantes. Para exemplificar, o mesmo autor traz os instrumentos legais e básicos, os quais oportunizam os enfermeiros para o desenvolvimento de uma assistência holística e respeitosa.

### **3 METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo de revisão integrativa, fazendo uso das seguintes etapas: 1. Elaboração da questão de pesquisa, 2. Busca na literatura, 3. Categorização dos estudos, 4. Avaliação dos estudos, 5. Interpretação dos resultados e 6. Síntese do conhecimento.

As bases de dados consultadas foram: Scientific Electronic Library (SCIELO), Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal (REDALYC) e o serviço da U. S. National Library of Medicine (PubMed). Foram utilizados como descritores os seguintes termos: Violência obstétrica; Violência contra a mulher; Assistência de enfermagem. A partir destes, foram desenvolvidas as estratégias de busca: Violência obstétrica and Assistência de enfermagem; Violência contra a mulher and Assistência de enfermagem; Violência contra a mulher and not violência sexual. Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos publicados nos últimos 6 anos (2013-2018), sendo estes artigos publicados na língua portuguesa e inglesa. Os critérios de exclusão visam descartar dissertações, teses, livros e capítulos de livros. O período destinado à coleta de dados/seleção de artigos foi o mês de outubro de 2018.



## IV JORNADA ACADÊMICA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### Quadro de síntese dos artigos:

AUTOR (ES)	ANO DE PUBLICAÇÃO	REVISTA	OBJETIVO
OLIVEIRA; PENNA	2018	Revista Brasileira de Enfermagem	Analisar os discursos sobre a escolha da via de parto na perspectiva de mulheres e profissionais de saúde em uma rede pública.
SILVA et al.	2014	Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste.	Relatar a experiência de enfermeiras obstetras sobre a violência obstétrica vivenciada, presenciada e observada durante suas trajetórias profissionais.
BITTENCOURT; VIEIRA e ALMEIDA.	2013	Cogitare Enfermagem.	O estudo teve como principal objetivo identificar os motivos que levam gestantes a optar pela cesariana, pesquisar a influência cultural e familiar na escolha da via de parto e investigar as orientações recebidas.

**FONTE:** Elaborado pelos autores, 2018.

Ao conduzir os cuidados obstétricos antes, durante e após o parto, é imprescindível assimilar e compreender que toda mulher tem o direito legal a obter tratamento livre de danos e maus-tratos, adquirir informação, consentimento esclarecido com possibilidade de recusa e garantia de respeito às suas escolhas e preferências, inserindo o acompanhante durante toda a internação na unidade obstétrica, privacidade e sigilo, ser tratada com dignidade e respeito, receber tratamento igualitário, livre de discriminação e atenção equitativa, receber cuidados profissionais e ter acesso ao mais alto nível possível de saúde com liberdade, autonomia (SILVA et al, 2014).

Sendo assim, Silva et al (2014) indica que a enfermagem obstétrica é capaz de exercer uma transformação nas condutas posturais e violentas da assistência obstétrica, tendo embasamento na afirmação da OMS e pelo Ministério da Saúde, afirmando que é a categoria profissional mais apta para a transformação do histórico brasileiro e do fortalecimento de uma assistência segura ao processo de parto e nascimento.

Estudo realizado por Oliveira e Penna (2018), afirmam que a atuação da enfermagem é um fator de grande relevância para o estímulo ao parto fisiológico e humanizado onde a mulher se torna a protagonista deste momento natural, executando uma diminuição das influências externas que direcionam para um parto com intervenções. A administração de medidas não farmacológicas para o alívio da dor prestada pela enfermagem é uma das medidas de assistência humanizada, sendo eles: deambulação da parturiente, presença do acompanhante, restrição do uso rotineiro de ocitocina e episiotomia e o estímulo ao parto vertical (OLIVEIRA; PENNA, 2018).

Bittencourt; Vieira e Almeida. (2013), destaca a importância da enfermagem para o desenvolvimento de ações educativas durante o pré-natal, a fim de esclarecer as gestantes e a comunidade em geral, os benefícios e as desvantagens das vias de parto. Desta forma,

fazendo o resgate do papel ativo da mulher no processo parturitivo, prevenindo a indução ou a coação na decisão da via do parto.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste estudo, pode-se afirmar que toda mulher tem o direito a assistência digna e humanizada durante o parto, sendo os profissionais de enfermagem que detêm a maior capacidade de garantir esses direitos. Sendo assim, o enfermeiro tem papel fundamental nas modificações das condutas posturais e violentas na assistência obstétrica. As ações a serem realizadas pela enfermagem incluem a promoção de um parto mais humanizado, promoção de uma capacitação aos profissionais que prestam atendimento às parturientes, como também ações educativas durante o pré-natal, tornando a mulher protagonista do processo do parto. O manejo da dor durante o parto com medidas não farmacológicas são ações humanizadas, como exemplo deambulação da parturiente, presença do acompanhante, restrição do uso rotineiro de ocitocina e episiotomia e o estímulo ao parto vertical. Desta maneira, essas ações são tidas como formas de prevenir ou diminuir os casos de violência obstétrica.

### REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, F; VIEIRA, J; ALMEIDA, A. C. C. H. Concepção de gestantes sobre o parto cesariano. **Cogitare Enfermagem**, v.18, n.3, p.515-20, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/33565/21063>. Acesso em 18 out. 2018.

DA-SILVA-CARVALHO, Isaiane; SANTANA-BRITO, Rosineide. Formas de violência obstétrica vivenciadas por puérperas que tiveram parto normal. **Enferm. glob**, Murcia, v. 16, n. 47, p. 71-97, 2017. Disponível em: [http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1695-61412017000300071&lng=es&nrm=iso](http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1695-61412017000300071&lng=es&nrm=iso). Acesso em 10 out. 2018.

DINIZ, Simone Grilo et al. Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção. **J. Hum. Growth Dev.**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 377-384, 2015 Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822015000300019&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822015000300019&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 20 out. 2018.

GUIMARAES, Liana Barcelar Evangelista; JONAS, Eline; AMARAL, Leila Rute Oliveira Gurgel do. Violência obstétrica em maternidades públicas do estado do Tocantins. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2018 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2018000100205&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000100205&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 12 out. 2018.

OLIVEIRA, Virgínia Junqueira; PENNA, Claudia Maria de Mattos. Cada parto é uma história: processo de escolha da via de parto. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília , v. 71, supl. 3, p. 1228-1236, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672018000901228&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018000901228&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 out. 2018.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. 2014. Disponível em: [http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO\\_RHR\\_14.23\\_por.pdf?ua=1](http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO_RHR_14.23_por.pdf?ua=1). Acesso em 23 out. 2018.

SADLER M.; et al. Moving beyond disrespect and abuse: addressing the structural dimensions of obstetric violence. **Reproductive Health Matters**, v.24, n.47, p.47-55, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1016/j.rhm.2016.04.002>. Acesso em 17 out. 2018.

SILVA, Lídia Ester Lopes da; OLIVEIRA, Maria Liz Cunha de. Características epidemiológicas da violência contra a mulher no Distrito Federal, 2009 a 2012. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 331-342, jun. 2016 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-96222016000200331&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222016000200331&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 17 out. 2018.



## IV JORNADA ACADÊMICA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES

SILVA, M. G. DA; MARCELINO, M. C; RODRIGUES, L. S. P; TORRO, R. C. Violência obstétrica na visão de enfermeiras obstetras. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 15, n. 4, p. 720-728, jul-ago, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3240/324032212020/>. Acesso em 09 out. 2018.

ZANARDO, G. L. P. DE; URIBE, M. C; NADAL, A. H. R. DE; HABIGZANG, L. F. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29, jul. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822017000100218&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100218&lng=pt&tlng=pt). Acesso em 10 out. 2018.